

CANDIDATURA AOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA FPV – TRIÊNIO 2021-2024

VIRAR DE BORDO - RUMO A 2024

Apresentação

Sob o lema **Virar de Bordo e Mudar de Rumo- Quadriênio 2020-2024** apresentámos em 26 de Junho de 2020 à Modalidade, aos Praticantes, Treinadores, Árbitros e Associados o Manifesto de Candidatura aos Órgãos Sociais da Federação Portuguesa de Vela.

No entanto, em Assembleia-Geral Ordinária realizada em 29 de Junho de 2020, um conjunto de 13 Delegados em 120 possíveis aprovou a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Federação de, citando:

- Prorrogação do mandato em vigor por parte dos atuais órgãos sociais da FPV até ao período posterior aos jogos olímpicos Tóquio 2020, prevendo-se a realização da assembleia geral até 30 de Setembro de 2021.

Relevando que nos termos do n.º 1 do art.º 19º dos Estatutos da FPV a Assembleia-Geral Eleitoral deve ser convocada com a antecedência mínima de 30 dias, tudo leva a crer que dentro de pouco dias será feita essa convocação.

Nesse quadro, antecipamos em três semanas a apresentação do **Programa de Candidatura** à Presidência e Direcção dos Órgãos Sociais da Federação Portuguesa de Vela para o triénio 2021-2024, intitulado **Virar de Bordo – 44 Medidas Rumo a 2024**.

O Programa está:

– Por um lado, estruturado em torno de **6 Intentos Estratégicos** (visão dos propósitos estratégicos a alcançar no horizonte temporal de 2024): I – Capacitar os Clubes e as Associações Regionais; II – Qualificar os Agentes Desportivos; III –

Aumentar a Prática Desportiva Regular; IV – Aumentar as Performances Competitivas; V – Valorizar a Marca Vela Portugal; VI – Modernizar a Governação da Federação.

– Por outro, organizado em torno de **44 Medidas Programáticas** que permitirão concretizar os **6 Intentos Estratégicos** até ao termo do Mandato em Setembro de 2024. Cada **Intento Estratégico** possui um cronograma onde se inscrevem os tempos de preparação, implementação e avaliação de cada uma das **Medidas Programáticas**.

Impõe-se aqui uma breve contextualização do Programa agora proposto, bem como uma justificação para a sua aparente envergadura. Defendemos que as questões estruturais complexam com que a Modalidade se debate há uma década não de resolvem com a ligeireza de mostras fotográficas ou com mensagens marketizadas de exaltação desportiva:

1 - Porque, quando em matéria de gestão económico-financeira da Federação:

– Apenas para um associado ou praticante menos atento tudo aponta para que a FPV tenha entrado em 2021 no rumo certo do desenvolvimento da Modalidade, tal foi a ênfase dada no Relatório de Actividades de 2020 aos resultados de gestão alcançados;

– Supostamente a dever-se apenas ao mérito da Direcção cessante, o ano de 2020 encerrou com um resultado positivo histórico de 314 mil euros, resolvendo de vez o problema crónico dos grandes passivos acumulados. De tal modo que foi anunciado em Assembleia Geral que a partir de 2021 o apoio às Associações Regionais será triplicado.

Faltou dizer que sem o prémio de 300 mil euros recebido da Tutela no final de 2020 o resultado teria sido inferior ao obtido em 2019. Faltou dizer que o efeito a ser retroagido a 2010 faria desaparecer, como por magia, os anos negros de 2010-2016. De tal modo assim seria que o ano de 2010 em vez de ter encerrado com um resultado líquido negativo de 306 mil euros, o teria sido de apenas 6 mil, ou ainda que por efeito dessa correcção os resultados operacionais (EBITDA) de 2010 teriam sido superiores aos de 2020.

Mas, sobretudo, faltou anunciar na Assembleia Geral de Abril último, de aprovação das contas de 2020, que não vêm aí anos de vacas gordas, pelo contrário.

Não se terão ainda dado conta os menos atentos que o Contrato-Programa de 2021 de Desenvolvimento da Actividade Desportiva já assinado com o IPDJ implica uma redução de 10,6% do apoio público face ao recebido em 2020, uma diferença de menos 81.500 euros. Mais importante, de que essa redução é de 15% no apoio à Actividade Regular e de 16% ao Alto Rendimento.

Também não se terão entretanto apercebido os menos atentos que o esforço de saneamento da estrutura orçamental da FPV feito entre 2017 e 2020 se fica muito a dever à cativação dos apoios contratualizados com os Clubes e as Associações Regionais. Em 2020 ficaram por satisfazer compromissos correspondentes a 22% (282.5 mil euros) da execução orçamental, em 2017 de 31%, enquanto em 2010 tinham sido de apenas 3% e em 2015 de 7%.

Por aqui se poderá depreender, não se querendo permanecer distraído, que o prometido oásis da nova abundância não irá passar de uma perigosa miragem que se poderá ter de vir a pagar mais à frente se for levado a sério. Em conclusão: Volvida uma década, os constrangimentos económico-financeiros permanecem estruturalmente quase inalterados.

2 - Ou ainda, porque em matéria de gestão desportiva:

– Escapa aos menos atentos que na década 2011-2020, no mesmo período em que a FPV recebeu do IPDJ financiamentos desportivos no valor significativo de 8.150 milhões de euros, a Modalidade registou uma perda de 20% de velejadores regulares, variação apenas compensada pelos 901 alunos inscritos em 2020 nas Escolas de Vela. Sem o artifício das Licenças de Escolas de Vela o número de velejadores federados baixou de 2058 existentes no ano de 2011 para 1658 no ano de 2020.

– Assim como lhes escapa que a rúbrica da Actividade Desportiva Regular, onde se enquadra a maior dos velejadores federados, beneficiou na última década de apenas 24% do apoio público concedido à FPV, mesmo se na execução orçamental de 2020 a Federação aplicou 31% dos recursos no apoio ao Desenvolvimento da Actividade Desportiva Regular.

Significa isto que o apoio canalizado pela FPV para a actividade desportiva regular, em proveito de Praticantes, Clubes e Associações, constitui uma segunda e não primeira prioridade no fomento da Modalidade. Opção que em boa parte permite explicar a perda e incapacidade crónicas na captação e retenção de praticantes regulares.

No mesmo período 2011-2020 deteriorou-se a capacidade técnica instalada: o rácio Praticante/Treinador aumentou de 8.6 em 2011 para 20.3 em 2020, ao mesmo tempo que o rácio Praticante/Árbitro duplicou de 15.6 para 29.4.

Terá de se concluir pelo insucesso existente no fomento das carreiras de Treinador e de Árbitro, bem como pela limitada abrangência dos Programas de Formação do Quadro Técnico Federado. Não deverá oferecer dúvida a quase impossibilidade de desenvolver e fazer crescer a Modalidade, em número de praticantes regulares e na sua qualidade competitiva, enquanto se continuar a desinvestir na qualificação do Quadro Técnico Federado.

Por contraponto à Actividade Desportiva Regular, nesta última década os Programas do Alto Rendimento e das Selecções Nacionais absorveram 35,5% dos recursos da Federação, quase atingindo os 3 milhões de euros. Só a execução orçamental de 2020 canalizou 44.5% (565 mil euros) dos recursos disponíveis para o conjunto dos Programas de Alto Rendimento, Selecções Nacionais e Projecto Olímpico, evidenciando ser este o grande foco da programação desportiva da FPV.

Mas deverá ainda interessar aos menos atentos, por vezes deslumbrados com mensagens exaltando promessas de sucessos imaginários, que a FPV se encontra no limite superior do esforço de financiamento público dado ao Alto Rendimento e Selecções Nacionais. Por comparação com a Canoagem, Modalidade que possui mais atletas federados, a Vela recebeu neste intervalo temporal mais 33% de apoio financeiro do Estado. Ou ainda que, enquanto a Canoagem colocou nos JO de Tóquio 8 canoístas em 5 Disciplinas, a Vela colocou 5 velejadores em 3 Disciplinas. Por aqui se terá de medir o valor relativo do retorno do investimento desportivo conseguido com os financiamentos públicos existentes.

Teremos de concordar que, ao contrário do que é comumente dado por adquirido, a Federação Portuguesa de Vela, antes de ter um problema de subfinanciamento possui dois problemas que condicionam o desenvolvimento da Modalidade: um primeiro problema de desequilíbrio da estrutura de custos correntes e um segundo problema resultante da persistência num Modelo Desportivo incapaz de produzir resultados sustentáveis e duradouros.

Se decorrida uma década temos menos Praticantes Regulares a participarem em Provas Nacionais e decorridos cinco Ciclos Olímpicos não vamos além de Diplomas Olímpicos, tal se fica sobretudo a dever ao desmérito do modelo de governação desportiva existente na FPV.

Por isso é preciso **Virar de Bordo e Mudar de Rumo** tendo por horizonte 2024, implementando progressivamente um conjunto de 44 Medidas Programáticas (ver cronogramas), capazes de conduzir a Modalidade para um novo paradigma de desenvolvimento desportivo sustentado.

Exige-se uma última palavra de reforço do desafio feito à Candidatura oponente para que aceite o prestigioso convite da Revista de Marinha para a realização de um debate público e aberto. Convite que foi acolhido pelo COP, ao disponibilizar as suas instalações para o efeito.

Estamos em pleno século XXI, na era das redes sociais, da circulação da informação e do conhecimento à velocidade da luz. Já lá vai o tempo em que seria legítimo invocar direitos naturais sucessórios. Nos tempos que correm cada vez mais os cargos são tributários da vontade esclarecida expressa pelas partes interessadas.

Também em matéria do processo eleitoral deverá funcionar o fairplay desportivo que distingue os verdadeiros desportistas dos apostadores de bancada.

INDICE

	pág.
Apresentação.....	1
Mandatário.....	7
Composição da Lista Candidata aos Órgãos Sociais da FPV.....	7
Notas Biográficas dos Candidatos	9
Conselho Consultivo da Federação Portuguesa de Vela.....	12
Depoimento dos Conselheiros.....	14
Almirante António Bossa Dionísio.....	14
Professor António Abreu Carneiro.....	16
Engenheiro Eduardo Guimarães Marques.....	18
Dr. José Sérgio Pereira.....	20
Mestre Luís Liberato Batista.....	22
Professor Doutor Luís Miguel Cunha.....	24
Engenheiro Paulo Xavier.....	26
Professora Doutora Vera Pedragosa.....	27
Programa Virar de Bordo – 44 Medidas Rumo a 2024.....	28
Intento Estratégico I – Capacitar os Clubes e as Associações.....	28
Intento Estratégico II – Qualificar os Agentes Desportivos.....	30
Intento Estratégico III – Aumentar a Prática Desportiva Regular.....	33
Intento Estratégico IV – Aumentar as Performances Competitivas.....	35
Intento Estratégico V – Valorizar a Marca Vela Portugal.....	38
Intento Estratégico VI – Modernizar a Governação da Federação.....	40

Representante da Candidatura na Mesa da Assembleia-Geral

Dra. Maria da Conceição Ximenes

CANDIDATOS**Mesa da Assembleia-Geral**

Presidente – Martins da Cruz (1)

Vice-Presidente – Paulo Gonçalves (2)

Secretário – Inês Sobral Guilherme (3)

Presidente da Federação

Rui Abreu (4)

Direção da Federação

Vogal Pelouro Marketing e Comunicação - André Bettencourt Correia (5)

Vogal Pelouro Desportivo – Joana Pratas (6)

Vogal Pelouro Desportivo – Luís Brito (7)

Vogal Pelouro Infraestruturas de Rede – Marçal Cid (8)

Vogal Pelouro Financeiro – Pedro Silva (9)

Suplente – Vasco Macide (10)

Suplente – Maria Carlos Brito (11)

Conselho Fiscal

Presidente – Nuno Pais (12)

Relator – Luís Ferreira (13)

Secretário – Rui Antunes (14)

Suplente – Carla Andrade (15)

Conselho de Disciplina

Presidente – Maria Conceição Ximenes (168)

Vogal – João Aveiro Pereira (17)

Vogal – Maria João Ribeiro da Cunha (18)

Conselho de Justiça

Presidente – Manuel Vaz de Miranda (19)

Vogal – João Couto Guimas (20)

Vogal – Miguel Santos Leal (21)

Conselho de Arbitragem

Presidente – António Peters (22)

Vogal – João Miguel França (23)

Vogal – Rodrigo Duarte (24)

NOTAS BIOGRÁFICAS

- (1) Oficial da Marinha de Guerra, Comandante do NTM Creoula, Dirigente e Coordenador Técnico-Pedagógico e Formador da Náutica de Recreio, Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Associação Portuguesa de Escolas de Navegadores de Recreio
- (2) Licenciado em Educação Física, Professor no Ensino Público, Coordenador Regional de Desportos Náuticos da DREFD-Açores 1989-1991, Diretor da Secção de Vela do Clube Naval da Horta 1983-2000, sócio gerente de uma empresa de Animação Turística Náutica, Sócio do Clube Naval da Horta
- (3) Licenciada em Desporto, Mestranda em Gestão do Desporto, velejadora com vários títulos nacionais, participação nos Jogos Olímpicos da Juventude em Singapura, Sócia do Clube Náutico de Tavira
- (4) Licenciado em Psicologia Social e das Organizações pelo ISPA-Instituto Universitário, Mestre em Gestão pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, com docência nas Licenciaturas de Organização e Gestão de Empresas e Gestão de Recursos Humanos, Doutorado em Sociologia e Gestão do Desporto pela FMH-Universidade de Lisboa, com tese em Governance e Sustentabilidade Desportiva Náutica, com docência na Licenciatura de Gestão do Desporto da Universidade Autónoma de Lisboa, Tesoureiro da Classe Sharpie 12M, Vice-Presidente da Associação Regional de Vela do Centro, Presidente da Secção de Vela do Sport Algés e Dafundo, Presidente do Conselho Fiscal da Associação Naval de Lisboa, Sócio da Associação Naval de Lisboa, Sócio do Clube Náutico de Tavira, Patrão de Costa.
- (5) Licenciado em Marketing com Pós-graduação em Comunicação estratégica, Mestre em Ciências da Comunicação, Empresário na Náutica de Recreio, ex Presidente da Secção de Remo e ex Comodoro da Associação Naval de Lisboa entre 2006 e 2018, remador e Campeão Nacional de Remo, Presidente da Comissão Organizadora do Workshop Náutica no Tejo que Futuro, Presidente da Comissão Organizadora da Lisboa Classic Regata 2005 a 2009, Race Director do Campeonato Europeu de Remo FISA 2010.
- (6) Licenciada em Ciências do Desporto, participação nos Jogos Olímpicos 1996, 2000 e 2004, Membro da Academia Olímpica de Portugal, Vogal da Comissão de Atletas Olímpicos 2007-2017, Membro da Comissão Consultiva das Mulheres e Desporto do COP 2013-2017, Embaixadora do Plano Nacional de Ética do Desporto, Vice-Presidente da Associação dos Atletas Olímpicos de Portugal.

- (7) Licenciado em Educação Física, Equipa Olímpica 2001-2004, Treinador Vela Grau III, Empreendedor Social, Promotor e Coordenador do Programa Vela Solidária, Sócio e Dirigente do late Clube Marina de Portimão
- (8) Licenciado em Informática de Gestão, Oficial Regata Nível, 2, Juiz Regata Nível 2, Carta Patrão de Alto Mar, Sócio do Clube Naval de Peniche, Sócio do CNOCA.
- (9) Licenciado em Economia pela Universidade Católica, Gestor de Empresas, Cartão de Patrão de Costa, Sócio do Clube Sportivo Pedrouços, Patrão de Costa.
- (10) Formado em Análise e Notação de Movimento pelo Benesh Institute of Choreology de Londres. Foi docente no Conservatório Nacional e no Conservatório de Coimbra. Programador, produtor, gestor e consultor de Eventos Culturais e Pedagógicos. Jornalista especializado na área da náutica, foi Director da Revista Navegar. Colabora em publicações nas áreas do Mar, da Náutica, do Turismo de Natureza, de Arte e Cultura.
- (11) Jurista
- (12) Auditor e Gestor de Empresas com consolidada experiência em gestão financeira de Grupo Nacionais e Multinacionais. MBA pelo INDEG/HEC. Revisor Oficial de Contas e Contabilista Certificado.
- (13) Partner jubilado da PwC Portugal, coordenando vários projectos nacionais e internacionais de auditoria, consultoria operacional e estratégica, nos sectores de utilities, infraestruturas e serviços públicos. Foi consultor do Governo da República, professor de Pós-graduação e Administrador de várias empresas na área construção e redes energéticas.
- (14) Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, Professor Convidado da Universidade Católica nos Cursos de Formação de Executivos, Especialista em Estratégia e Balanced Scorecard, ex Managing Consultant na Coopers & Lybrand, coautor do Focusbol, uma metodologia de performance desportiva aplicada a equipas de futebol.
- (15) Gestora financeira na área do Turismo, com consolidada experiência em auditora na área das energias, em sociedade multinacional. Pós-graduada em Gestão Hoteleira, e em Energias Renováveis. Revisora Oficial de Contas e Contabilista Certificado. Membro de Conselho de Fiscalização de várias Sociedades.

- (16) Jurista, com Pós-Graduação em Direito da Igualdade na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- (17) Juiz Jubilado do Tribunal de Contas, Doutorado em Direito Privado, pela Faculdade de Direito da Universidade de Paris 1 - Panthéon-Sorbone, com Tese em Les décisions collectives d'actionnaires des Sociétés Anonymes.
- (18) Advogada
- (19) Advogado
- (20) Licenciado em Direito, Administrador Prisional da Direção-Geral dos Serviços Prisionais, ex Assessor Jurídico do Instituto Superior de Economia e Gestão, ex Professor da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Vogal para a Comissão dos Descobrimentos em Macau, Vogal do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol 2011-2016, Medalha de Mérito e Dedicção da Câmara Municipal de Cascais.
- (21) Gestor Unidades de Negócio das Tecnologias da Informação.
- (22) Velejador nas Classes Cadete, Snipe e Vaurien, Dirigente nas Associações de Classe – L'Équipe, Associação Portuguesa da Classe Hobie Cat, Associação Nacional de Cruzeiros e Marinha do Tejo, Dirigente nos Clubes – Clube Desportivo de Paço de Arcos, Clube Sportivo de Pedrouços e União Desportiva Vilafranquense, Director da Associação Regional de Vela do Centro e da Federação Portuguesa de Vela. Sócio do Clube Desportivo Paço d' Arcos, do Clube de Vela de Portugal e do Náutico Clube da Boa Esperança.
- (23) Praticante de Wing Surf e Wing Foil. Medidor da Associação Nacional de Cruzeiros para as Classes ANC e IRC. Medidor da FPV para a Classe ORC. Membro da Comissão Técnica da ANC.
- (24) Foi remador federado, tendo ganho vários títulos nacionais e integrou a Selecção Nacional de Remo em Provas Internacionais. Integrou durante 10 anos a direcção da Associação da Classe Hobie Cat, tendo obtido três títulos de campeão nacional nessa Classe. Sócio da Associação Naval de Lisboa.

CONSELHO CONSULTIVO DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VELA

Medida 40 do Programa - Criar um Conselho Consultivo dotado de competências de apreciação e aconselhamento sobre as opções estratégicas e programáticas promovidas pelos Presidente e Direção da Federação, constituído por ex-dirigentes da Federação, por velejadores que integraram as Selecções ou com participação em Jogos Olímpicos e por personalidades de reconhecido mérito e competência na governação desportiva.

Objectivos Operacionais: aconselhar e escrutinar as opções desportivas do Presidente e da Direção da Federação com impacto estratégico na Modalidade; acrescentar conhecimento e valor às opções estruturantes da Vela Federada.

MEMBROS FUNDADORES

Almirante António Bossa Dionísio

Presidente da Confraria Marítima – Liga Naval Portuguesa, membro da Direção da Confraria Europeia da Vela, Vice-presidente da Comissão Organizadora Regatas “Discoveries Race”

Professor António Abreu Carneiro

Desempenhou diversos cargos: Director Técnico Nacional da Federação Portuguesa de Vela, Chefe Equipa Vela JO 92 e Atlanta 96, Presidente da Associação Regional de Vela do Centro, Técnico do Comité Paralímpico de Portugal e representante nos Jogos Paralímpicos Londres 2012 e Rio Janeiro 2016.

Coronel Carlos Alpedrinha Pires

Presidente da Âncoras – Associação Náutica Clássicos de Oeiras e membro da Confraria Marítima

Engenheiro Eduardo Guimarães Marques

Comodoro e Presidente Secção de Vela e Motonáutica da Associação Naval de Lisboa

Professora Doutora Elsa Sacramento Pereira

Docente da Licenciatura de Desporto da Universidade do Algarve

Dr. Fernando Gomes Nogueira

Advogado, Relator do Conselho Jurídico da Confederação do Desporto de Portugal e Árbitro do Tribunal Arbitral do Desporto

Dr. Gonçalo Saraiva Mendes

Velejador em ORC, “patrocinador” de campeão nacional de Laser Radial

Dr. José Sérgio Pereira

Chefe da Divisão de Educação, Desporto e Qualidade de Vida do Município de Viana do Castelo, com coordenação dos projetos implementados com as Escolas e Clubes do Concelho e com a APPACDM nas áreas da Natação do 1º Ciclo e das Atividades Náuticas dos 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário. Integrou a Direção Regional de Educação do Norte – Centro de Área Educativa de Viana do Castelo – Gabinete do Desporto Escolar.

Mestre Luís Liberato Batista

Director do Departamento de Desporto no Município de Setúbal. Licenciado em Educação Física e Desporto. Mestre em Treino de Alto Rendimento Desportivo, com Pós-Graduação em Gestão do Desporto. Membro da Comissão Técnica da FINA (Federação Internacional de Natação). Ex Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Natação. Ex Presidente da Assembleia-Geral da Federação Portuguesa de Natação. Docente do Ensino Superior.

Professor Doutor Luís Miguel Cunha

Coordenador da Licenciatura de Gestão do Desporto da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

Engenheiro Paulo Xavier

Presidente da Direcção da Associação Nacional de Cruzeiros e membro do Conselho da Náutica de Recreio. Empresário, Dirigente Associativo e Velejador.

Professora Doutora Vera Pedragosa

Coordenadora da Licenciatura de Gestão do Desporto da Universidade Autónoma de Lisboa

DEPOIMENTOS

António Bossa Dionísio

a) **Entendimento e visão a respeito do rumo por que a Vela Nacional, nas várias vertentes, deverá enveredar na presente década:**

- Junto de entidades Estatais, a FPV deve interferir para que:
 - Tenha um papel ativo no Conselho da Náutica de Recreio, onde está representada, como órgão de consulta do Ministro do Mar, dando parecer proactivo sobre as matérias relativas à Náutica de Recreio;
 - Existam condições para um fácil e natural acesso ao Mar, através da requalificação de frentes ribeirinhas, bem como a edificação e melhoria de infraestruturas e equipamentos de apoio às atividades náuticas;
 - A Náutica de Recreio, pela sua importância, enquanto âncora de novas dinâmicas de desenvolvimento, tenha reconhecimento como produto estratégico nacional, articulado com as dimensões económica, social, cultural e ambiental;
 - A Náutica de Recreio assuma em Portugal uma crescente importância, uma vez que se encontra associada à indústria do Turismo, atividade económica fundamental para a geração de riqueza e emprego em Portugal;
- Junto das Associações Regionais de Clubes de Vela, Associações Nacionais de Classes e Clubes:
 - Intensificar a prática desportiva federada da Vela e outros desportos náuticos ou atividades de lazer náuticas, tendo em vista, nomeadamente, a participação em competições de alto nível;
 - Apoiar a criação e certificação de Escolas de Vela e de outras atividades náuticas que lecionem os cursos para obtenção de Licenças e Cartas de Desportista Náutico de Recreio, em estreita ligação à Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) com competências para a credenciação das entidades formadoras;

- Apoiar o aperfeiçoamento dos velejadores federado se/ou equipas de competição, fomentando a organização e participação em regatas de âmbito local, nacional e internacional;
 - Apoiar a qualificação técnica dos treinadores, juízes e medidores;
 - Fomentar a realização de encontros, seminários e estágios subordinados a temas com interesse náutico e desportivo.
- A própria FPV:
- Manter relações com instituições análogas, nacionais e estrangeiras.

b) Apreciação da Candidatura poder corresponder aos desafios colocados:

- A candidatura Virar de Bordo – Rumo a 2024 integra personalidades que correspondem aos seguintes requisitos que são garante de sucesso:
- Curriculum vitae que evidencia polivalências e experiência para as funções nos Órgãos Sociais da FPV;
 - Atitude positiva e colaborante, proporcionadora de boas relações interpessoais que ajudam a construir e manter uma equipa coesa.

Candidatura aos órgãos sociais da Federação Portuguesa de Vela

“Virar de bordo – Rumo a 24”

Expressão de apoio de António Carneiro

No passado dia 6 de maio o Governo de Portugal aprovou a Estratégia Nacional para o Mar na sua versão 2021-2030, documento que se constitui como um fator de desenvolvimento do nosso país desde que consequentemente considerado e explorado.

A Federação Portuguesa de Vela tem uma Missão importante a desempenhar no âmbito das ações a levar a cabo para realizar a Estratégia Nacional para o Mar, sem deixar de ter em vista o seu principal escopo que consiste em fomentar a prática, o ensino e o treino da Vela no nosso país, em todas as suas vertentes e especialidades. Todavia, sendo o desporto um fenómeno social total, importa cada vez mais que o plano estratégico da Federação seja estabelecido considerando uma abordagem integrada da governação dos assuntos respeitantes à Vela promovendo, internamente, a motivação a participação e a colaboração dos seus filiados e, externamente, a colaboração com as outras Federações de desportos náuticos, com as autarquias e com o sistema escolar bem como com outras instituições envolvidas pelo universo das atividades náuticas. Sem dúvida que, para além de outros aspetos positivos, esta política de gestão permitirá consubstanciar uma otimização dos recursos disponíveis.

À data presente, para a larga maioria da população portuguesa, o mar continua a ser coisa distante, inatingível e assunto sobre o qual o conhecimento é assaz escasso. Torna-se óbvio que a facilitação do acesso à experimentação da prática de desportos náuticos, entre eles a Vela, tem um papel determinante na alteração desta situação, por aquilo que proporciona à população envolvida, em termos de aquisição de conhecimento, de alteração de atitudes e de comportamentos. Assim, será significativa que a divulgação, o fomento e o ensino da Vela sejam feitos à luz desta perspetiva e tendo como objetivo, entre outros, o de abranger o

maior número possível de cidadãos, com incidência preferencial nos escalões etários mais baixos, isto é, na população escolar no nível do ensino básico, mas sem desconsiderar a visão de uma “Vela para todos”.

Para este aspecto de aquisição de conhecimento e de alteração de comportamentos e atitudes dos portugueses perante o mar muito poderá também contribuir a Federação Portuguesa de Vela organizando e realizando ações de formação entre os seus filiados, não só velejadores, treinadores, juizes e oficiais de regata, mas também dirigentes, promovendo, para além da aquisição dos conhecimentos específicos de cada uma destas funções, uma visão holística do desporto da Vela no universo das atividades náuticas sejam elas de lazer ou não.

Tomei recentemente conhecimento da candidatura aos órgãos sociais da FPV “Virar de bordo – rumo a 24” e, designadamente, dos seus intentos estratégicos e medidas programáticas. Regozijo-me ao verificar que o programa apresentado por esta candidatura contempla, em meu entendimento, a visão acima exposta sendo que a tripulação que se apresenta para esta missão está composta por elementos muito capacitados e com elevadas e diferenciadas competências para as diversas funções a bordo, dando garantias da obtenção do melhor sucesso na difícil navegação que os espera.

Assim, apenas posso desde já explicitar o meu apoio dispondo-me, naquilo que me for possível, para contribuir para o êxito desta candidatura e para a sua chegada a bom porto com a sua missão totalmente cumprida.

Lisboa, Julho de 2021

António Carneiro

FAZER UMA GERAÇÃO DE VELEJADORES

O amigo Rui Abreu decidiu encabeçar uma lista de candidatura à Direcção da FPV para o próximo ciclo olímpico. Felicito-o por assumir esse desafio.

O desporto da vela nunca teve no nosso país a expressão que merece, talvez por sempre ter sido associado a uma elite social, mas também pela dificuldade de Portugal se dedicar ao mar na sua plenitude.

Mudar esse paradigma não é tarefa fácil, é trabalho para uma geração.

Nos anos oitenta/noventa, sob a batuta do actual Presidente, a equipa que contava com o rigor do António Carneiro, com a capacidade de influenciar do João Marcelino, com o saber do Benevides, foi capaz de criar uma geração de grandes velejadores, de campeões que ainda hoje são dignos representantes de Portugal dentro e fora do país. O saudoso Manuel Pereira construía anualmente muitas dezenas de Optimist de madeira, que faziam em cada ano o Campeonato Nacional de Escolas de Vela e eram depois distribuídos pelos clubes. Os parceiros que acreditaram encontrar vantagem publicitária no apoio financeiro dado à Federação viabilizaram o projecto.

Mais de vinte anos volvidos, vários mandatos viveram fortes vicissitudes, não foram tarefas fáceis, quer pelas dificuldades financeiras que Portugal enfrentou, quer pelas polémicas geradas, que em nada contribuíram para o futuro da modalidade.

A actual Direcção conseguiu estancar os múltiplos devaneios. Louvo-a pelo trabalho realizado. Não escondo a amizade e o respeito que nutro pelo Presidente. Muito obrigado pelo legado que deixa.

Num pequeno país como é o nosso, de recursos muito limitados, todos os esforços, todas as boas ideias devem ser exploradas. Não nos podemos dar ao luxo de desperdiçar valores. Há que meter mãos à obra!

Há que definir as políticas de apoio aos clubes, com rigor e eficácia. São eles que, com o seu trabalho, esforço, sacrifício, captam e formam velejadores.

Crescimento implica formação de monitores e treinadores. A sua falta tem condicionado a actividade de muitos clubes.

A juventude tem uma miríade de oferta de actividades. Há que criar condições para que a vela não seja apenas mais uma experiência para a juventude, mas que traga incentivo à prática continuada, do lazer à competição.

O Projecto Olímpico deverá ser o resultado de todo o trabalho de massificação. Os atletas que atingem esse patamar deverão retribuir, depois, junto das camadas jovens, transmitindo os seus conhecimentos e experiências. É capital importante, fruto do investimento feito por todos nós e não pode ficar esquecido numa qualquer prateleira de troféus.

A FPV segue o ciclo olímpico. Isto traz-me à ideia do que são os ciclos da vida. Da vida de uma civilização, de um país, de um regime, de uma geração. Uns são demasiado curtos, mas nenhuns são eternos. Só com muito saber, organização e disciplina deixarão frutos duradouros.

São necessários três ciclos olímpicos para, com muito esforço, criar as bases de uma nova geração de velejadores, da iniciação ao olimpismo. Na presunção de que existe financiamento adequado para criar obra.

É esse o compromisso que espero ver assumido pelos candidatos, que certamente saberão mover-se nos meandros da política desportiva nacional, que serão capazes de encontrar as parcerias financeiras necessárias para viabilizar os objectivos que se propõem atingir.

Eduardo Guimarães Marques

ANL

12/07/2021

José Sérgio Pereira

Viana do Castelo - Cidade Náutica do Atlântico

Clube Vela Viana do Castelo – Centro Náutico

Viana do Castelo, Cidade Náutica do Atlântico, tradicionalmente associada ao mar e ao rio, as suas atividades marítimas, desde cedo desempenharam um papel de relevo na região.

As condições naturais do rio e do mar, reconhece o Município a importância de desenvolver ações que valorizem o conhecimento marítimo vianense, envolvendo os alunos do ensino básico na introdução a uma nova cultura do mar através das aprendizagens dos desportos náuticos.

Particularizando-se a modalidade da Vela, cuja prática em Viana do Castelo de forma associativa iniciou-se com a fundação do S. C. Vianense (1898) e depois, também o Viana taurino Clube (1910), organizaram-se algumas provas. A atividade da Vela teve posteriormente incremento através da Mocidade Portuguesa, que com a criação da Direção Geral dos Desportos, após o 25 de abril de 1974, teve início a atividade como Escola da modalidade. Nessa altura procedia-se a autoconstrução de embarcações que permitiu a prática a muitos jovens da cidade.

Com o aparecimento do Clube de Vela de Viana do Castelo explodiu o incremento da prática Vela, na altura em instalações precárias. Com a construção pelo Município do Centro Náutico da Vela, edifício moderno de excelentes condições para o ensino e aprendizagem, bem como, para a realização de competições ao mais alto nível.

Presentemente, o clube tem 57 atletas federados. Provavelmente a abertura a uma prática mais direcionada para a população em geral, e aproveitando o projeto existente “Náutica nas Escolas”, com aulas curriculares dos níveis de ensino do Básico e secundário, em que ao longo de cada ano letivo são ministras entre 230 a 250 aulas de educação física no Centro Náutico da Vela.

No presente, o clube tem um número reduzido de técnicos qualificados o que dificulta, ainda mais, a entrada de novos atletas. Neste caso, poderemos considerar ser uma lacuna da FP Vela, que deveria levar a efeito ações de formação, onde poderiam ser incluídos os próprios docentes de educação física. Para além disso o clube vive atualmente uma crise diretiva, encontrando-se a gestão

Apesar deste contexto, o clube mantém-se operacional em relação ao projeto, “Náuticas nas Escolas”, bem como na organização de competições importantes, como a “Semana do Atlântico, e a participação dos seus atletas nas diversas competições nacionais.

A Federação Portuguesa de Vela deveria aproveitar esta dinâmica implementada em Viana do Castelo, pelo que, torna-se necessário desenhar um programa que vise a formação de técnicos e/ou professores de forma articulada com o Ministério da Educação.

AULA DE VELA



ETAPAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO

- Criação de Eventos Náuticos Regulares
- Criação de Eventos Escolares Regulares
- Participação no Desporto Escolar Náutico



Projeto Náutica nas Escolas



DEPOIMENTO

Luís Liberato Baptista

Portugal é um país com condições ímpares para o desenvolvimento e a prática dos Desportos Náuticos em geral e da Vela em particular.

Apesar dessas extraordinárias condições, apesar de um passado exemplar e arrojado no que à relação do País com o mar diz respeito, apesar de inúmeros programas, projetos e declarações nacionais de intenção de “voltar o país para o mar”, continuamos a assistir a um crescimento muito débil de um conjunto de fatores e de indicadores, muito longe do que seria ideal e que pudesse levar Portugal a traduzir-se como uma nação líder no desenvolvimento da Vela, nas suas múltiplas vertentes, desde as formativa, educativa e de lazer até às vertentes de competição e alta competição.

Pudemos considerar que as diversas organizações que se movem no universo da prática desportiva da Vela, quer a nível nacional, quer a nível local, tem feito um esforço para traduzir em números e em resultados mais favoráveis o desenvolvimento da modalidade, como Portugal merece e como Portugal tem condições únicas para ambicionar.

No entanto os resultados são muito insuficientes e devem deixar insatisfeitos todos os atores do processo, seja no número de praticantes de base, seja no número de técnicos e treinadores, seja no número de locais de prática desportiva, seja no crescimento de estruturas associativas de base, seja nos praticantes regulares de Vela, quer na sua base, quer ao mais alto nível competitivo.

Portugal pode, a todos os níveis, fazer muito mais e muito melhor. Para isso é necessário rever os atores, melhorar o planeamento e o seu controlo, alterar processos, melhorar o funcionamento das organizações, ser muito e muito mais ambicioso.

É com base na ideia de que Portugal pode e deve fazer muito mais e muito melhor no desenvolvimento do Desporto Náutico em geral e da Vela em particular, que apoio a

candidatura do Dr. Rui Nunes de Abreu à Presidência da Federação Portuguesa de Vela. Trata-se de uma personalidade com um pensamento estruturado, que tem aprofundado o seu conhecimento prático e teórico sobre o desenvolvimento da Vela em Portugal, em todas as suas dimensões, e que conseguiu reunir para esse propósito uma equipa com provas dadas e de elevado valor na modalidade.

O Dr. Rui Nunes de Abreu apresenta a este importante ato eleitoral um Visão Estratégica para a Vela Nacional para um ciclo de 3 anos, lançando as bases programáticas para os 4 anos subsequentes, apresentando 6 grandes eixos estratégicos, com 44 medidas concretas e datadas para a sua operacionalização. Não se trata de um mero exercício teórico, mas de um processo de planeamento estruturado, maturado no tempo, sustentado numa análise cuidada de dados e indicadores da situação desportiva nacional.

Apenas com novos atores e com uma nova dinâmica nas principais organizações nacionais da Vela Portuguesa será possível “Virar de Bordo” e lutar por melhores rumos no Desporto e na Vela Nacional. Numa altura em que um novo Ciclo Olímpico se inicia e em que as principais Federações Desportivas Nacionais elegem os seus novos órgãos sociais, considero que este é o melhor momento para o fazer.

Portugal precisa de mudar.

Expressão de Apoio de Luís Miguel Cunha à Candidatura à Federação Portuguesa de Vela “Virar de Bordo”

As organizações, no seu desempenho, devem orientar-se estrategicamente em função de desígnios maiores, que as superem, que lhes definam rumos superiores no incremento do bem-comum e que lhes permitam ultrapassar-se, quanto às suas rotinas e legitimidades de curto prazo.

Apoiar um manifesto de candidatura à Federação Portuguesa de Vela é subscrever atitudes, propostas e entendimentos em relação a projetos a implementar, por pessoas com perfis capazes de cumprir e ultrapassar as suas propostas.

A Federação Portuguesa de Vela é um organismo desportivo que tem vários desafios e responsabilidades a cumprir, cuja importância ultrapassa a listagem de meras rotinas.

Portugal precisa de uma Federação Portuguesa de Vela forte e determinada, capaz de enfrentar desígnios tendentes à formação de “Capital Desportivo Humano” dos seus cidadãos. Deve ser capaz de abraçar os grandes desafios nacionais, descritos nas diferentes Estratégias Nacionais para o Mar, ao longo dos últimos 10 anos.

Para tal, precisa de congregar esforços com outras federações náuticas e outras instituições públicas e privadas, de modo a ultrapassar condicionalismos, do ponto de vista demográfico, dos indicadores económicos, da utilização dos recursos comuns e do aproveitamento de oportunidades disponíveis.

O Desporto é um factor de qualificação humana das comunidades e hoje já não é praticado apenas de uma forma unicitária. Os seus praticantes saltitam de uns desportos para outros transferindo capacidades, aprendizagens e gestos motores que os enriquecem, em termos da sua mobilidade e cultura desportiva.

A estrutura actual da FPV deverá ser capaz de, na resposta a esses desafios, promover localmente iniciativas em rede, capazes de integrar outras federações, municípios, escolas e clubes, bem como recursos e oportunidades disponíveis.

Portugal oferece, no litoral, cerca de uma linha de costa de 2.830 km, sendo 942 km parte do território Continental, 667 km nos Açores, 250 km na Madeira, com a inclusão das Ilhas Desertas, das Selvagens e da Ilha de Porto Santo. Possui cerca de 15 bacias hidrográficas com algum significado e dimensão, nas quais localiza cerca de 175 Barragens, com planos e cursos de água navegáveis por pequenas embarcações. Estas 175 barragens constituem

um recurso considerável e uma oportunidade de aproveitamento para a generalização da prática desportiva náutica onde a vela se inclui, particularmente nos territórios de montanha, com potencial de desenvolvimento desportivo local e correspondente impacto económico.

Neste sentido, no próximo ciclo olímpico, a Federação Portuguesa de Vela deverá conseguir articular-se com as demais federações e disciplinas náuticas, designadamente: a Natação, o Surf/Bodyboard, a Canoagem, o Mergulho, o Remo, a Prancha-à-vela, o Kite-surf e a Motonáutica. Esta articulação deverá estender-se ao sistema autárquico, ao sistema educativo e às entidades gestoras dos recursos do domínio hídrico, de modo a gerar sinergias de processos e a constituir uma resposta colectiva comum.

No plano interno deverá conseguir mobilizar as gerações mais novas a percorrerem os processos de formação de recursos humanos e dirigentes desportivos, que sustentem a disseminação dos diferentes tipos de actos e eventos desportivos. As eficiências organizacionais e desportivas ganharão com isso.

A formação superior de alto-nível dos primeiros constituintes da lista, em termos de formação desportiva e formação náutico-naval, a estrutura do perfil moral e de carácter, associada às capacidades de trabalho e envolvimento nas questões dos desportos de mar, conferem uma garantia de cumprimento das propostas a serem apresentadas, razões pelas quais me revejo e darei todo apoio ao meu alcance, para que esta candidatura garanta os melhores êxitos.

Prof. Doutor Luís Miguel Faria Fernandes da Cunha, em Julho de 2021

Universidade de Lisboa – Faculdade de Motricidade Humana

Gestão e Desenvolvimento do Desporto

Paulo ACM Xavier

Sendo eu próprio um praticante, amador, de várias das modalidades que a FPV tem a seu cargo, tais como de Vela Ligeira, de Cruzeiro, Windsurf e a Canoagem, e estando a FPV a seu cargo o desenvolvimento competitivo de alto nível destas modalidades, ainda que não sendo um especialista na matéria, não poderia escusar-me de exprimir umas considerações, básicas, que me parecem evidentes.

“ Só com uma amostra grande se obterá os melhores resultados“

E teremos os melhores, não apenas pela depuração de uma amostra maior, mas também pela competição gerada pelo elevado número de participantes em competição, que apurará as técnicas essenciais às vitórias consistentes nos diversos campeonatos.

E aqui entramos no *loop* das dificuldades que é, o do número de praticantes:

- Sem praticantes não há apoios
- Sem apoios não há praticantes
- Sem praticantes não teremos os melhores a competir

Sem desprimor de todos os apoios governamentais e/ou de patrocinadores institucionais que se possam conseguir, competirá à Federação Portuguesa de Vela

1. Administrar bem o que será sempre escasso
2. Apoiar os clubes e Associações Regionais, nas organizações de eventos que dignifiquem a modalidade
3. Fazer a ponte com federações estrangeiras na promoção de Portugal como destino de excelência para o treino de desportos náutico 365 dias por ano envolvendo os clubes e Associações na organização e participação ativa
4. Tentar desmistificar o elitismo preconceituoso ainda existente associado a alguns desportos náuticos, associando-os antes a um desporto saudável, sustentável, praticado também em família, livre do consumo de hidrocarbonetos

A Candidatura Virar de Bordo - Rumo a 2024, é bem-vinda, pois tal como na água, é na diversidade e na competição de indivíduos a quererem fazer mais e melhor que se conseguirá ir mais longe.

A presente, veicula opiniões pessoais de alguém que gosta de mar, de desporto e de ver a bandeira Nacional a ser erguida nas competições internacionais, é independente da ANC-Associação Nacional de Cruzeiros onde atualmente tem responsabilidades Diretivas, instituição essa que sempre apoiará inequivocamente e ativamente a Federação Portuguesa de Vela no desenvolvimento de todas as modalidades.

Expressão de Apoio de Vera Pedragosa à Candidatura à Federação Portuguesa de Vela “Virar de Bordo”.

Manifesto o meu apoio à Candidatura à Federação Portuguesa de Vela pelos motivos de necessidade de consolidação de competências multidisciplinares internas à organização dotadas de visão estratégica, para fazer face às exigências externas, no sentido de superação dos resultados anteriormente alcançados, nomeadamente, uma gestão desequilibrada na relação entre a atração e retenção de velejadores que não permitiu um equilíbrio económico-financeiro sustentável.

A visão estratégica, desta candidatura, deverá permitir o aumento do número de velejadores federados, aumentar o número de treinadores, aumentar o número de provas oficiais, promover a competição regional, aumentar a notoriedade e posicionamento da marca e o equilíbrio económico-financeiro da Federação Portuguesa Vela.

As competências de gestão dos órgãos que compõem a candidatura são cruciais para o sucesso da Federação Portuguesa de Vela, assim como, as parcerias cooperativas nacionais e internacionais. As competências deverão passar por várias áreas multidisciplinares como gestão, técnicas e relacionais.

De notar, em complemento, as condições privilegiadas para a prática de vela, existentes em Portugal, subaproveitadas e capazes de fomentar, para além do apontado, o turismo desportivo e receitas adicionais para as federações associadas, assim como, toda a comunidade per si.

Esta candidatura é crucial, contextualizada e pertinente face ao atual estado da modalidade em Portugal e em que a Pandemia Covid_19 relança igualmente desafios, para o desporto no geral e, para a prática de vela, no particular. A necessidade de virar de bordo e mudar de rumo é essencial para nos tornarmos mais representativos e competitivos na modalidade da vela em Portugal e no Mundo.

Prof. Doutora Vera Pedragosa, em julho de 2021

Professora Associada – Universidade Autónoma de Lisboa

Coordenadora científica – Licenciatura em Gestão do Desporto

Membro do CIP – Centro de Investigação em Psicologia.

PROGRAMA VIRAR DE BORDO – 44 MEDIDAS RUMO A 2024

INTENTO ESTRATÉGICO I – CAPACITAR OS CLUBES E AS ASSOCIAÇÕES REGIONAIS

Capacitar os Clubes e as Associações Regionais com os instrumentos de gestão técnico-desportiva e os recursos técnicos qualificados adequados ao desenvolvimento das Escolas de Vela e da prática desportiva regular.

Objectivo Estratégico: Duplicar em três anos o número de praticantes dos Clubes para alavancar o crescimento sustentado da Vela Federada.

MEDIDAS PROGRAMÁTICAS

1 – Estabelecer uma parceria com um Grupo Segurador de Saúde para a criação de uma rede descentralizada de um Gabinete de Medicina Desportiva de Vela, em regime de serviços partilhados.

Objectivos Operacionais: Facilitar o processo de renovação das Licenças Desportivas; apoiar os Clubes na captação de novos praticantes; incrementar a custo contratualizado o acesso dos Praticantes, Treinadores e Árbitros a cuidados especializados de medicina, fisioterapia e psicologia do desporto.

2 - Desenvolver suportes online técnico-pedagógicos e desportivos capazes de alavancar o crescimento das Escolas de Vela certificadas pela Federação permitindo quadruplicar em três anos o seu número.

Objectivos Operacionais: reforçar a credibilidade do Ensino da Vela em Portugal; potenciar os Clubes na captação e retenção de novos praticantes.

3 - Capacitar os Clubes com os instrumentos e as competências técnico-administrativas que permitam implementar a contratualização de relações desportivas colaborativas com os Municípios / Divisões de Desporto e com a estrutura local do Desporto Escolar.

Objectivos Operacionais: aumentar o portefólio de oferta desportiva e de proveitos dos Clubes; aumentar a captação de praticantes regulares.

4 - Capacitar os Clubes a habilitarem os seus praticantes federados do Escalão Juvenil com a Carta de Marinheiro Júnior, nos termos do previsto no Regulamento da Náutica de Recreio e de acordo com as boas-práticas desportivas da Modalidade.

Objectivos Operacionais: **reforçar as propostas de valor desportivo dos Clubes de Vela; aumentar o portefólio desportivo e as vantagens comparativas para retenção dos praticantes regulares de vela.**

5 - Capacitar os Clubes com os conhecimentos e competências técnico-administrativas para promoverem atividades de animação marítimo-turística, nos termos da legislação aplicável.

Objectivos Operacionais: **aumentar a captação de praticantes regulares e informais; reforçar os proveitos ordinários dos Clubes.**

6 - Criar na estrutura da Federação o Gabinete do Clube vocacionado para a assessoria de suporte jurídico e contabilístico-financeiro.

Objectivos Operacionais: **consolidar as competências operacionais dos Clubes e incrementar as respectivas performances de gestão societária.**

7 - Qualificar Centros Regionais de Estágio, Treino e Competição, de gestão conjunta da Região e/ou Clube com o parceiro Município, dotados de aptidão para a realização de Provas dos Circuitos Regional, Nacional e Ibérico, promovendo-os internacionalmente.

Objectivos Operacionais: **qualificar e reforçar as infraestruturas de suporte às Provas Regionais e Nacionais; alargar e diversificar as fontes de financiamento do Quadro Competitivo Regional.**

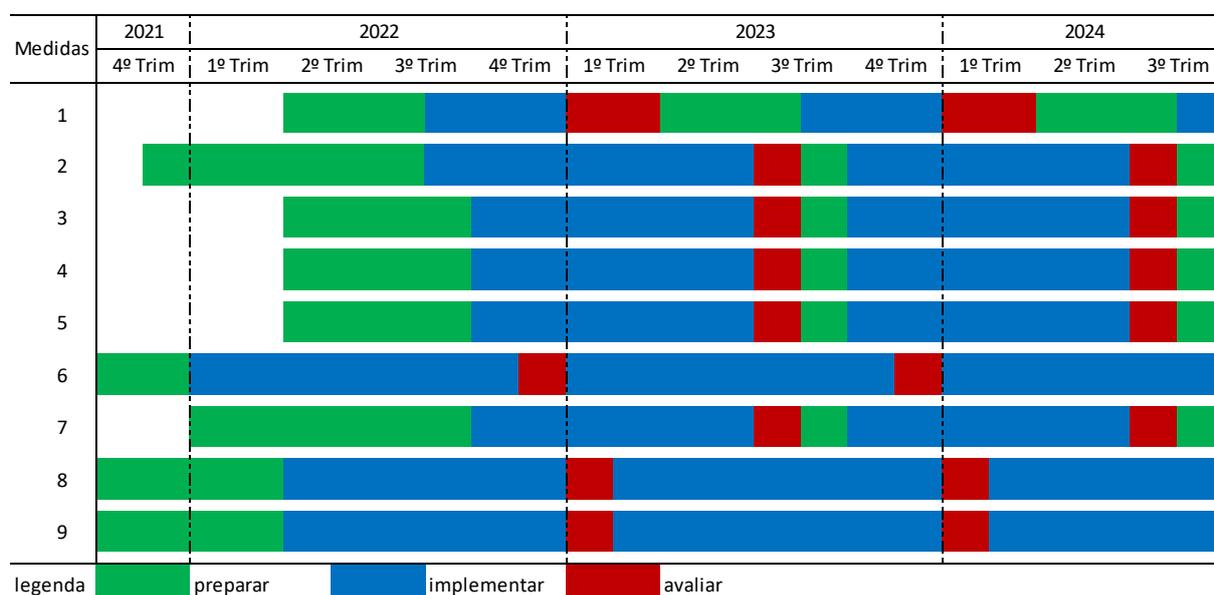
8 - Fomentar e apoiar a realizar de Grandes Eventos Náuticos e de Vela em Portugal, tirando partido das condições naturais ímpares existentes na afirmação do Turismo Náutico Desportivo, bem como das reconhecidas competências organizativas existentes.

Objectivos Operacionais: **aproveitar o potencial dos Grandes Eventos Desportivos de atracção de audiências alargadas e o interesse que despertam nos Media para alavancar o desenvolvimento sustentado da prática desportiva regular da Federação e dos seus Associados, Clubes em particular.**

9 – Fomentar e implementar relações colaborativas entre a estrutura desportiva federada e as entidades privadas fornecedoras de bens e prestadoras de serviços desportivos à Modalidade da Vela.

Objectivos Operacionais: alavancar e consolidar o crescimento sustentado da Vela Nacional; permutar capacidades e competências de suporte ao aumento da prática desportiva regular.

Intento Estratégico I - Capacitar Clubes e Associações de Clubes



INTENTO ESTRATÉGICO II – QUALIFICAR OS AGENTES DESPORTIVOS

Desenvolver e implementar uma plataforma elearning com tutorial, casos práticos e auto-avaliação, de suporte à auto-aprendizagem nos módulos teóricos da formação técnica desportiva promovida pela Federação para Dirigentes, Treinadores e Árbitros de Regata.

Objectivo Estratégico: Reduzir o rácio custo/benefício da formação desportiva de Treinadores, Árbitros e Dirigentes e aumentar o rácio Treinador / Clube de 1.3 para 3.0 (1.5 com Grau I e 1.5 com Grau II e Grau III) na capacitação das Escolas de Vela.

MEDIDAS PROGRAMÁTICAS

10 - Suportar tecnicamente a elaboração de programas educativo-desportivos enquadrados nos processos colaborativos estabelecidos entre os Clubes, os Agrupamentos de Escolas e as estruturas de base do Desporto Escolar Náutico.

Objectivos Operacionais: **fomentar as relações colaborativas com o Sistema de Ensino e o Desporto Escolar; alargar a base de captação de novos praticantes.**

11 - Criar carreiras desportivas duais para os velejadores dos Escalões Júnior e Sénior que integram as Selecções Nacionais e o Programa Olímpico.

Objectivos Operacionais: **dotar os velejadores do Escalão Júnior com competências técnico-pedagógicas certificadas pelo IPDJ que suportem o seu ingresso na Carreira de Treinador de Vela; reduzir as taxas de abandono precoce da prática desportiva da Vela de Rendimento e consolidar as Selecções Nacionais.**

12 - Desenvolver módulos de formação em Regras de Regata à Vela acedível na plataforma de elearning, com tutorial, casos práticos, apoio assistido e auto-avaliação.

Objectivos Operacionais: **melhorar a qualificação técnico-desportiva dos velejadores federados participantes nas Provas dos Calendários Regionais e Nacional; reduzir o rácio custo/benefício da oferta formativa.**

13 - Criar suportes didácticos online, com tutorial, de apoio aos Clubes e seus Diretores Técnicos na implementação de metodologias formativas e desportivas ajustadas às suas condições de promoção da prática desportiva.

Objectivos Operacionais: **reforçar a qualidade da oferta desportiva das Escolas de Vela; aumentar o número de praticantes regulares dos Clubes.**

14 - Celebrar contratos-programa tripartidos com Clubes e Treinadores para formação de Técnicos de Grau II capazes de assumirem a Direcção Técnica Desportiva dos Clubes, ficando a cargo da Federação o custo com a formação teórica.

Objectivos Operacionais: **reforçar a qualificação técnica dos Treinadores, melhorar a qualidade técnico-pedagógica e desportiva das Escolas de Vela e das Equipas de**

Competição; alcançar o rácio de 1.5 Treinador Grau II por Clube com Escola de Vela certificada.

15 - Celebrar contratos-programa tripartidos com as Associações Regionais e os Treinadores, na razão de 1 Treinador por cada 5 Clubes associados, para formação de Técnicos de Grau III capazes de assumirem responsabilidade de maior complexidade técnica, ficando a cargo da Federação o custo com a formação teórica.

Objectivos Operacionais: **capacitar as Regiões com Treinadores qualificados para assegurarem o enquadramento técnico-desportivo dos Programas dos Clubes, promoverem a captação de jovens talentos, orientarem as Selecções Regionais e apoiarem a organização de Provas de âmbito Local e Regional.**

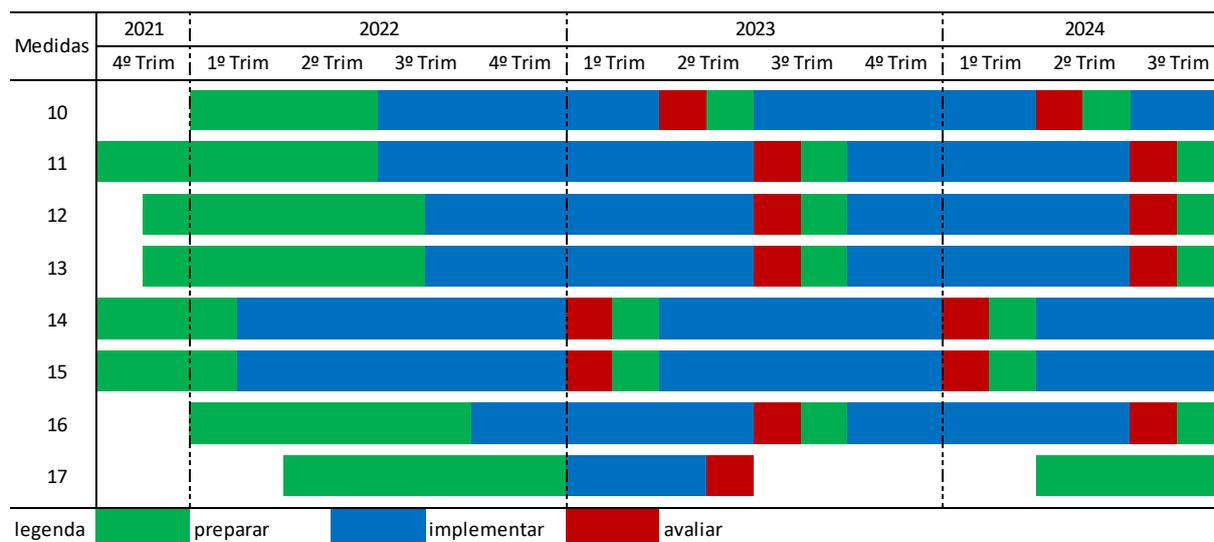
16 - Celebrar contratos colaborativos com Faculdades de Desporto e Centros de Investigação Aplicada, de suporte à realização de Seminários e Módulos Formativos, de avaliação de potencial dos velejadores integrados nas Selecções Nacionais, de formação de Dirigentes em competências de gestão do desporto.

Objectivos Operacionais: **Alavancar a qualidade formativa dos Programas Técnico-Pedagógicos e Desportivos da FPV no conhecimento fundamentado e na investigação produzida pela Academia.**

17 - Concertar com a World Sailing, a promoção bienal de um Seminário Internacional sobre Treino Desportivo de Alto Rendimento, por ocasião do Torneio Internacional de Vela do Carnaval de Vilamoura.

Objectivos Operacionais: **tornar Portugal um centro de conhecimento e um destino de excelência na investigação aplicada do Treino Desportivo da Vela; estabelecer programas colaborativos com a Academia e Centros de Performance Desportiva Náutica, nacionais e internacionais.**

Intento Estratégico II - Qualificar os Agentes Desportivos



INTENTO ESTRATÉGICO III – AUMENTAR A PRÁTICA DESPORTIVA REGULAR

Incrementar o crescimento sustentado da prática desportiva federada regular, colocando os recursos da Federação ao serviço das Associações de Classe de Vela, dos Clubes e das suas Associações Regionais.

Objectivo Estratégico: aumentar em 30% o número de Velejadores Federados Regulares até Outubro de 2024.

MEDIDAS PROGRAMÁTICAS

18 - Reduzir para 10 euros o valor das Licenças Desportivas de Praticante, Treinador, Árbitro e Dirigente, permitindo que em Assembleia-Geral Regional os Clubes possam estabelecer um valor suplementar de LD de Praticante Regular, no limite de 25 euros, que constituirá receita própria das Associações Regionais.

Objectivos Operacionais: reduzir os custos de ingresso e de manutenção na prática desportiva regular; transferir receitas para as Associações Regionais.

19 - Valorizar a Vela Feminina e a Vela Adaptada, majorando as oportunidades de apoio institucional e financeiro público existentes a nível nacional e internacional.

Objectivos Operacionais: **promover uma Vela mais inclusiva, criando maiores oportunidades de participação em todos os segmentos desportivos.**

20 - Promover a prática desportiva no Escalão Sénior, numa óptica de DpT – Desporto para Todos em contexto federado, alargando o acesso da prática da Vela à população adulta, entendendo a Vela como um desporto para toda a vida.

Objectivos Operacionais: **apoiar os Clubes na promoção do ensino e da prática desportiva informal da Vela Federada no Escalão Sénior; alargar a captação de praticantes regulares como base de sustentabilidade dos proveitos dos Clubes.**

21 - Envolver as Associações de Classes de Vela e a Associação Nacional de Treinadores na reformulação dos conceitos de Classes Estratégicas e de Classes de Interesse Nacional.

Objectivos Operacionais: **umentar e consolidar a oferta desportiva nas fases de aprendizagem e de prática competitiva; dinamizar as Frotas das Classes de Vela; reter praticantes nos Escalões Júnior e Sénior.**

22 - Valorizar o papel das Associações Nacionais de Classe de Vela, ligeira e de cruzeiros, na dinamização das Frotas e na participação de mais velejadores nos Campeonatos Regionais e Nacionais.

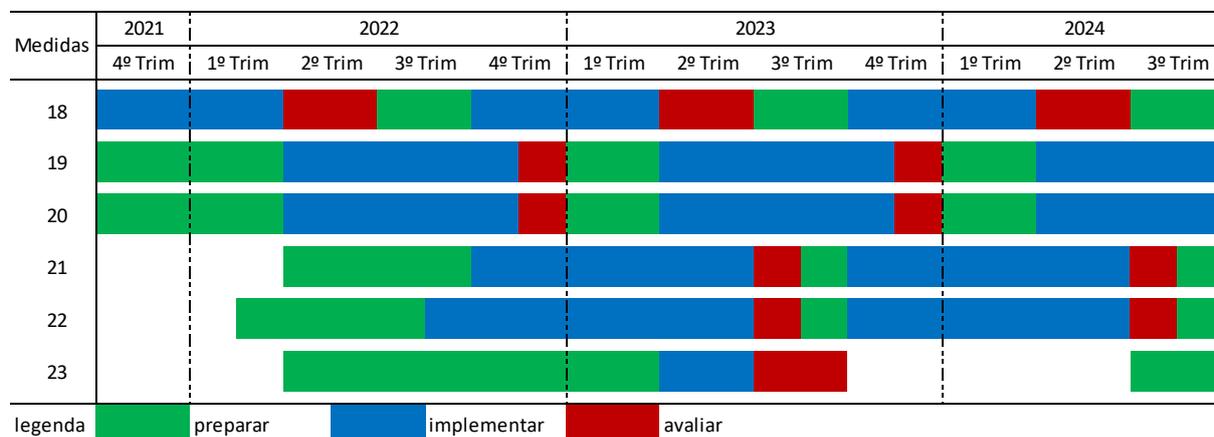
Objectivos Operacionais: **umentar o número de velejadores federados que participam nas Provas do Calendários Regionais e Nacionais; tornar as Regatas mais atractivas e competitivas.**

23 – Contratualizar com o IPDJ, o Gabinete Nacional de Coordenação do Desporto Escolar, a Direcção Regional do Desporto da Região Autónoma dos Açores, a Direcção Regional de Juventude e Desporto da Região Autónoma da Madeira e as Associações Regionais de Vela da FPV a realização nos anos ímpares de um Encontro Bienal de Escolas de Vela dos Escalões Infantil e Juvenil.

Objectivos Operacionais: **incrementar as relações colaborativas entre os Agentes Promotores da Vela Nacional; assegurar a complementaridade do percurso**

desportivo dos jovens velejadores inseridos nos programas desportivos do Sistema de Ensino e do Desporto Federado.

Intento Estratégico III - Aumentar a Prática Desportiva Regular



INTENTO ESTRATÉGICO IV – AUMENTAR AS PERFORMANCES COMPETITIVAS

Aumentar a dimensão das Frotas, envolver as Associações de Classe na valorização das Provas e dos Campeonatos dos Circuitos Regional e Nacional.

Objectivo Estratégico: duplicar o número médio de velejadores participantes em Provas Oficiais do Calendário Federado Regional e Nacional, incrementar o nível competitivo internacional e os resultados das Selecções Nacionais.

MEDIDAS PROGRAMÁTICAS

24 - Valorizar o Circuito Regional de Provas, aumentando o número de PAR nas diversas Classes e tornar os Campeonatos Regionais de participação obrigatória para acesso às Provas do Calendário Nacional.

Objectivos Operacionais: aumentar o nível competitivo Regional; aumentar as Frotas Regionais.

25 - Criar Selecções Regionais nas Classes de Vela de interesse estratégico nacional, como critério de apuramento para as Provas do Calendário Nacional.

Objectivos Operacionais: **aumentar o nível competitivo Regional; aumentar a participação nas Provas Regionais, reforçar a representatividade Regional nas Provas Nacionais.**

26 - Envolver o Conselho das Associações Regionais de Clubes de Vela, o Conselho das Associações Nacionais de Classe de Vela, a Associação Nacional de Treinadores de Vela e a Associação de Juízes de Vela na definição dos critérios de elegibilidade, qualificação e capacitação dos Campos de Regata e dos Clubes organizadores de Provas Regionais, Nacionais e Internacionais.

Objectivos Operacionais: **reforçar o peso dos critérios técnico-desportivos, de transparência e de gestão desportiva, no processo concursal de selecção das entidades organizadores de Provas dos Calendários Regionais, Nacional e Internacional.**

27 - Desenvolver uma Plataforma de Arbitragem para registo e gestão do processo das Provas Oficiais dos Calendários Regionais e Nacional, incluindo a nomeação das Comissões de Regata e de Protesto, o Anuncio e as Instruções de Regatas, o registo de Protestos e Apelos, a publicação das deliberações da Comissão de Protestos e dos Apelos do Conselho de Arbitragem.

Objectivos Operacionais: **simplificar, desmaterializar e otimizar a gestão do processo das Provas Oficiais dos Calendários Regionais e Nacional; reforçar o escrutínio dos atos do Conselho de Arbitragem.**

28 - Criar no Conselho de Arbitragem uma Comissão de Apelos, constituídas por especialistas nacionais e internacionais em Regras de Regata à Vela e Ética no Desporto.

Objectivos Operacionais: **Reforçar os princípios de competência técnica, de independência, isenção e imparcialidade, exigíveis na apreciação e decisão dos apelos às deliberações das Comissões de Protesto.**

29 - Protocolar com a Real Federación Española de Vela e as suas Federações Autónomas a participação das Selecções Regionais Juvenil e Júnior nos Campeonatos Provinciais Espanhóis.

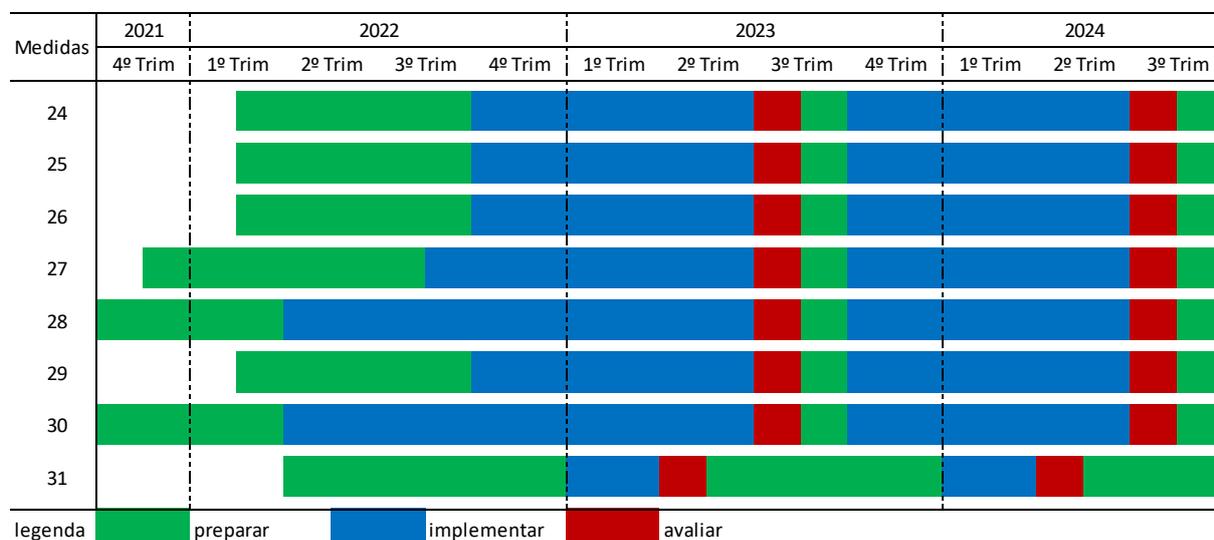
Objectivos Operacionais: **umentar o nível competitivo das Selecções Regionais; reforçar e permutar os laços desportivos entre os Velejadores dos dois Países.**

30 - Reconfigurar as opções do Projeto Olímpico, potenciando as valências dos velejadores de alto rendimento Júnior e Sénior, por ajustamento dos recursos técnicos e financeiros disponíveis, racionalizar as oportunidades de consolidação de um elevado nível competitivo internacional.

Objectivos Operacionais: **redimensionar o modelo de constituição da Equipa Olímpica para aumentar as suas performances e nível competitivo; melhorar as classificações da Selecção Nacional nas Provas do Circuito Internacional.**

31 - Promover um Torneio Anual de Inverno de Classes Olímpicas com interesse estratégico para Portugal, maximizando as vantagens comparativas climatéricas continentais no contexto europeu. Objectivos Operacionais: **alargar as oportunidades de preparação das Selecções Nacionais; reforçar a imagem de Portugal como destino de excelência para a prática da Vela, nas vertentes de lazer, competição e turismo náutico.**

Intento Estratégico IV - Aumentar as Performances Desportivas



INTENTO ESTRATÉGICO V – VALORIZAR A MARCA VELA PORTUGAL

Promover o valor distintivo da marca Vela Portugal, implementando redes colaborativas entre os Agentes Desportivos, Económicos e Administrativos, que em Portugal administram, gerem, promovem e dinamizam o Cluster dos Desportos Náuticos.

Objectivo Estratégico: **ganhar autonomia financeira e alavancar o desenvolvimento sustentado e a notoriedade da Vela Federada Portuguesa.**

MEDIDAS PROGRAMÁTICAS

32 - Renovar o modelo, suportes e conteúdos da Comunicação Institucional da Federação, aproximar a Modalidade dos Media e dos seus públicos-alvo, dando maior relevância aos eventos desportivos, promover em simultâneo o livre acesso à utilização partilhada do domínio da FPV na internet pelos Clubes, Associações Regionais e Associações de Classe de Vela que queiram domiciliar as suas páginas nesse endereço.

Objectivos Operacionais: **reforçar a proposta de valor da Vela Federada Nacional; reforçar o naming da marca FPV – Vela Portugal, promover e publicitar os programas e a oferta desportiva dos Clubes.**

33 - Agenciar a comunicação institucional da FPV suportada no sítio da internet e nas redes sociais.

Objectivos Operacionais: **promover planos de comunicação e de marketing estratégico que permitam captar patrocínios e diversificar as fontes de financiamento da Federação.**

34 – Valorizar o património náutico tradicional e a identidade cultural das comunidades locais onde historicamente a prática da Vela suportou a sua actividade socioeconómica.

Objectivos Operacionais: **enquadrar institucionalmente no Desporto Federado as dinâmicas desportivas autónomas da Vela e das Embarcações Tradicionais, em particular as existentes na Ria de Aveiro, na Bacia do Estuário do Tejo e na Região Autónoma dos Açores, preservando a sua identidade.**

35 - Realizar anualmente a Gala da Vela, em reconhecimento do mérito dos Velejadores, Técnicos, Árbitros, Dirigentes e Parceiros que em cada ano se destaquem na promoção da Vela Federada Nacional.

Objectivos Operacionais: reconhecer e valorizar o mérito dos agentes desportivos que obtenham ou contribuam para a obtenção de resultados de excelência; aumentar o valor e a notoriedade da Modalidade, atraindo apoios institucionais relevantes.

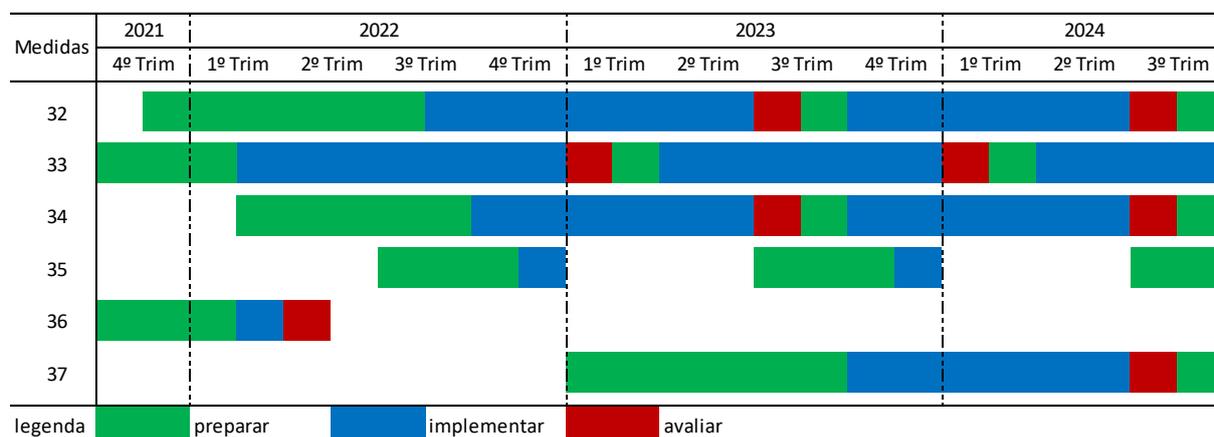
36 - Realizar o Congresso da Vela nos dias 18 e 19 de Fevereiro de 2022, centrado em grupos temáticos que conduzam à definição de orientações estratégicas de modernização da prática desportiva da Vela, com início a partir da Época Desportiva 2022-2023.

Objectivos Operacionais: envolver os agentes desportivos na definição da política desportiva da Modalidade; traçar os objectivos estratégicos de desenvolvimento da Modalidade para os Ciclos Olímpicos de Paris 2024 e Los Angeles 2028.

37 - Preparar a comemoração do Centenário da Federação Portuguesa de Vela que irá ocorrer no ano de 2027, nomeando uma Comissão Organizadora Interdisciplinar responsável pela preparação da edição de um livro comemorativo e pela realização de uma exposição itinerante pelas cinco Regiões.

Objectivos Operacionais: dignificar o papel da Vela Federada no panorama do Desporto Nacional; agregar os agentes promotores da Vela Portuguesa; destacar e reconhecer os nossos heróis.

Intento Estratégico V - Valorizar a Marca Vela Portugal



INTENTO ESTRATÉGICO VI – MODERNIZAR A GOVERNAÇÃO DA FEDERAÇÃO

Modernizar a gestão societária da Federação, tornando-a mais eficiente e eficaz, e coloca-la ao serviço dos Praticantes e dos Agentes Desportivos.

Objectivo estratégico: **harmonizar a estrutura de custos e de proveitos da Federação de modo a alcançar o equilíbrio económico-financeiro que lhe garanta sustentabilidade.**

MEDIDAS PROGRAMÁTICAS

38 – Redimensionar e racionalizar os encargos de estrutura e aumentar a eficiência interna da Federação, de modo a com o mesmo volume de recursos empregues entregar mais valor desportivo aos Clubes e aos Velejadores.

Objectivos Operacionais: **dotar a Federação de critérios de racionalidade económica, de eficiência de processos e de eficácia de gestão dos recursos e meios disponíveis.**

39 - Criar o órgão de gestão Comissão Executiva da Federação, sem competências deliberativas, constituída pelo Presidente da FPV, por dois vogais da Direção, pelo Diretor Técnico Nacional e pelo Director Administrativo-Financeiro da Federação.

Objectivos Operacionais: **aumentar a eficiência de gestão societária da FPV, alinhar a estrutura interna de direção com a Direção da Federação e o Programa Anual de Atividades.**

40 - Criar um Conselho Consultivo dotado de competências de apreciação e aconselhamento sobre as opções estratégicas e programáticas promovidas pelo Presidente e Direção da Federação, constituído por ex-dirigentes da Federação, por velejadores que integraram as Selecções ou com participação em Jogos Olímpicos e por personalidades de reconhecido mérito e competência na governação desportiva.

Objectivos Operacionais: **aconselhar e escrutinar as opções desportivas do Presidente e da Direção da Federação com impacto estratégico na Modalidade; acrescentar conhecimento e valor às opções estruturantes da Vela Federada.**

41 – Criar endereços de email institucional da FPV para os Delegados da Assembleia Geral, de modo a ultrapassar os constrangimentos resultantes da política de privacidade e de protecção dos dados pessoais.

Objectivos Operacionais: **facilitar a proximidade dos Associados com os Delegados à Assembleia Geral, valorizar o seu estatuto e reforçar a capacidade de escrutínio dos actos de gestão praticados pelos órgãos sociais da Federação.**

42 – Aumentar a transparência e o escrutínio dos actos societários praticados pela Federação, passando a publicar em Setembro de cada ano um Relatório e Contas Intercalar com efeitos ao primeiro semestre.

Objectivos Operacionais: **reforçar a participação das entidades colectivas associadas, Associações de Classe de Vela, Clubes e Associações Regionais de Clubes, na gestão societária da Federação; reforçar o escrutínio dos actos societários da Federação, do seu Presidente e da Direcção.**

43 - Alternar a realização anual das duas Assembleias-gerais Ordinárias da Federação entre Lisboa e as Regiões, promovendo durante o mandato uma AG em cada Região, e realizar jornadas de trabalho com os Clubes locais, as Associações Regionais de Clubes, os Municípios e a estrutura Regional do Desporto Escolar.

Objectivos Operacionais: **reforçar o envolvimento os Agentes Desportivos Regionais, Clubes e Associações, na governação da Federação.**

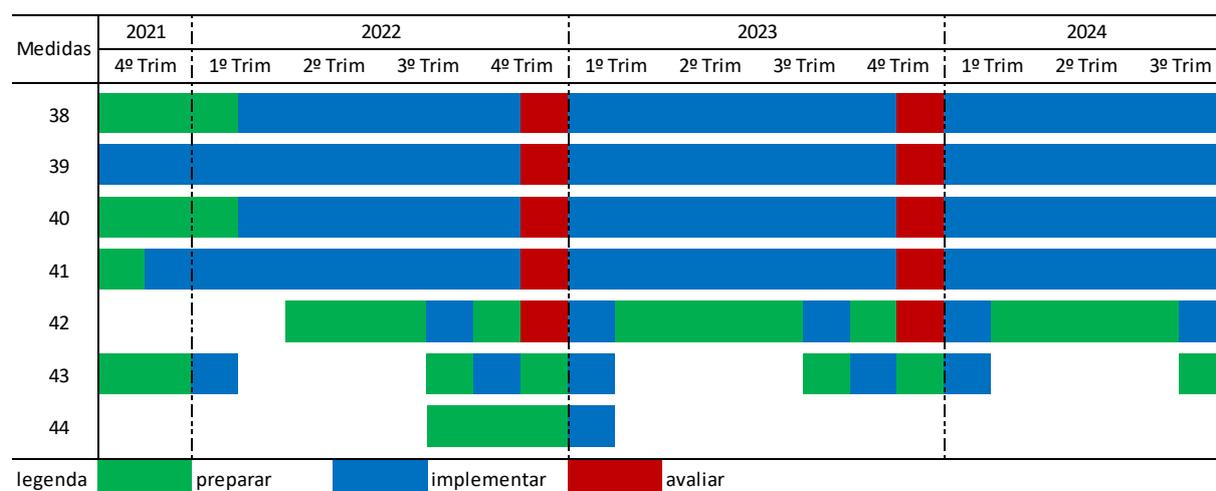
44 - Alterar o número 4 do artigo 21º dos Estatutos, passando a Assembleia Geral a ter a seguinte composição:

- a) Clubes de Vela ou com Secção de Vela inscritos na FPV, 69 delegados
- b) Associações Regionais de Clubes de Vela, 15 delegados
- c) Praticantes de Vela inscritos na FPV, 9 delegados
- d) Praticantes de Vela integrados nas Selecções Nacionais, 1 delegado
- e) Associações de Classe de Vela Ligeira, 7 delegados
- f) Associações de Vela de Cruzeiro, 1 delegado
- g) Treinadores de Vela inscritos na FPV, 8 delegados
- h) Associação Nacional de Treinadores de Vela, 1 delegado

- i) Juízes de Vela inscritos na FPV, 8 delegados
- j) Associação de Juízes de Vela, 1 delegado

Objectivos Operacionais: aumentar a representação directa dos Agentes Desportivos da Vela nas Assembleias Gerais; aumentar a participação dos Delegados da Vela nas Assembleias Gerais.

Intento Estratégico VI - Modernizar a Governação da Federação



Doca de Belém, 18 Agosto 2021